LEI MUNICIPAL Nº 6.565, DE 03 DE ABRIL DE 2007

Autoriza o Poder Executivo a doar imóveis de propriedade do Município para Centro Espírita Pai Guiné.

O povo do Município de Divinópolis, por seus representantes legais, aprova e eu, na qualidade de Prefeito Municipal, em seu nome sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar os imóveis de sua propriedade para o Centro Espírita Pai Guiné, eonstituídos pelo lote nº 030, com área de 254,58 m² (duzentos e cinqüenta e quatro metros e cinqüenta e oito centímetros quadrados) e lote nº 135, com área de 174,24 m² (cento e setenta e quatro metros e vinte e quatro centímetros quadrados), ambos da quadra nº 193, zona nº 30, situados na Rua Dona Maria Marques de Carvalho e Via de Pedestre, no Prolongamento do Bairro Halim Souki, nesta cidade, havidos das respectivas matrículas nºs 87.025 e 87.029, do livro nº 02, do Cartório de Registro de Imóveis local. Os imóveis foram avaliados pela Comissão de Avaliação Imobiliária Municipal em R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar os imóveis de sua propriedade para o Centro Espírita Pai Guiné, constituídos pelo lote nº 030, com área de 254,58 m² (duzentos e cinquenta e quatro metros e cinquenta e oito centímetros quadrados) e lote nº 135, com área de 174,24 m² (cento e setenta e quatro metros e vinte e quatro centímetros quadrados), ambos da quadra nº 097, zona nº 30; situados na Rua Maria Marques de Carvalho e Via de Pedestre, no Prolongamento do Bairro Halim Souki, nesta cidade, havidos das respectivas matrículas nºs 87.025 e 87.029, do livro nº 02, do Cartório de Registro de Imóveis local. Os imóveis foram avaliados pela Comissão de Avaliação Imobiliária Municipal em R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais). (NR Lei nº 7.532, de 10/04/2012)

- Art. 2º A presente doação destina-se, exclusivamente, a construção de sua sede própria, não podendo, em hipótese alguma, ser objeto de alienação, inclusive permuta.
- Art. 3º Os imóveis doados serão revertidos ao Patrimônio do Município, sem ônus para este, se, no prazo de 04 (quatro) anos, a partir da respectiva escritura pública de doação, em qualquer hipótese, não for concluída a edificação e dada a destinação prevista nesta Lei.

Parágrafo único. A reversão dar-se-á de pleno direito, independentemente do ajuizamento de qualquer ação judicial e não dependerá de ulterior deliberação legislativa, concretizando-se por notificação unilateral do Município ao Cartório de Registro de Imóveis local.

- Art. 4º As despesas decorrentes da presente alienação correrão por conta da donatária.
- Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 03 de abril de 2007.

Demetrius Arantes Pereira Prefeito Municipal